

Fotografia: Sílvia Aguião. Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2011.



Dayse de Paula Marques da Silva*

A difícil incorporação conceitual do gênero: uma controversa perspectiva educacional

Resumo: Há muita tensão hoje no campo educacional, pois a formação de novos valores e abordagens pedagógicas tem enfrentado uma crise de modelos e paradigmas que fragiliza em alguns momentos os educadores na sua tomada de decisão quanto a determinados preceitos éticos e filosóficos a serem resguardados na relação com os alunos. Esta questão sempre foi ambígua e expressou múltiplas abordagens no processo de formação educacional. A apresentação deste texto é resultado do desenvolvimento de pesquisas no campo das relações de gênero e educação, experiências em projetos de extensão e assessorias desenvolvidas no espaço escolar na perspectiva da prevenção da violência doméstica. O contato direto com professores, coordenadores pedagógicos e profissionais de outras áreas na escola motivou a sistematização de uma reflexão que colocasse em debate algumas tendências na abordagem do gênero e da sexualidade no espaço educacional.

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; educação.

Abstract: There's a lot of tension today in the educational area, because the formation of new values and pedagogical approaches have been facing a crisis of models and paradigms that at some moments weakens the educators in their decision about certain ethical and philosophical precepts to be guarded in the relationship with the students. This matter has always been ambiguous and has expressed multiple approaches in the process of education. The presentation of this text is a result of the development of research in the "gender" and education field, experiences in extension projects and accessory developed in the school space with the perspective of preventing domestic violence. The direct contact with teachers, pedagogical coordinators and other professionals in school has motivated the systematization which would put to debate some of the tendencies in the approach of gender and sexuality in the educational space.

Keywords: Gender; sexuality; education.

* Assistente social, Doutora em Sociologia (IFCS/UFRJ) e professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). E-mail: dayse@centroin.com.br

Introdução

A apresentação deste texto é resultado do desenvolvimento de pesquisas no campo das relações de gênero e educação, experiências em projetos de extensão e assessorias desenvolvidas no espaço escolar na perspectiva da prevenção da violência doméstica. O contato direto com professores, coordenadores pedagógicos e profissionais de outras áreas na escola motivou a sistematização de uma reflexão que colocasse em debate algumas tendências na abordagem do gênero e da sexualidade no espaço educacional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especificamente o da Orientação Sexual, em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, favoreceram o retorno de uma antiga controvérsia sobre a educação sexual: é uma responsabilidade da escola e deve ser incluída como uma ação pedagógica? O antigo dilema – se esta é uma função dos professores ou dos pais – retornou com todo o ímpeto nas reuniões, nos debates, nos espaços universitários e acadêmicos (SILVA, 2007). Um ponto fundamental, entretanto, deixou de ser considerado adequadamente na maioria dos estabelecimentos de ensino que se propuseram, de fato, a discutir os PCNs e tentar aplicá-los: o que fazia parte mais diretamente do universo da sexualidade e o que pertencia ao debate das relações de gênero? É importante distingui-los conceitualmente, pois o tema da sexualidade é objeto de preocupação dos gestores públicos desde a década de 1920, por um viés “higienista”, enquanto o gênero é um conceito muito novo no campo da educação. Pode-se afirmar que foi provocado pelos PCNs e, assim mesmo, de forma muito tímida, comparada com o foco dado ao tema da sexualidade no documento do Ministério da Educação¹.

Agregando-se a este cenário o fato de o conceito de gênero ser oriundo das arenas do movimento feminista articulado com as arenas do universo acadêmico, é possível compreender o porquê deste debate ter se tornado tão complexo: principalmente por estar em jogo a formação de identidades no universo infanto-juvenil.

O gênero deve ter tratamento distinto da sexualidade

Há muita tensão hoje no campo educacional, pois a formação de novos valores e abordagens pedagógicas tem enfrentado uma crise de modelos e paradigmas que fragiliza em alguns momentos os educadores na sua tomada de decisão quanto a determinados preceitos éticos e filosóficos a serem resguardados na relação com os alunos. Esta questão sempre foi ambígua e expressou múltiplas abordagens no processo de formação educacional. Qual é a base de referência para delimitar até onde o professor interfere na formação de valores, colaborando na constituição de identidades de crianças e adolescentes, e até onde o grupamento familiar estabelece a fronteira para a escola? O mais conflitante é o inverso: até que ponto a escola pode fixar um limite para a família no trato de determinados temas ou incentivar ações ou condutas específicas para os grupos, conforme a faixa etária?

De acordo com o nosso ordenamento jurídico, a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2009), houve alterações significativas na perspectiva da orga-

¹ Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), debatidos ao longo da década de 1990 e lançados por iniciativa do Ministério da Educação em 1999.

nização familiar. O Estado passa a assumir uma função junto à família que afeta, em algum nível, a sua autonomia. Caso sejam considerados negligentes ou violentos, os responsáveis imediatos podem perder a guarda de uma criança ou adolescente. Outra mudança observada foi a inclusão da dimensão afetiva como eixo norteador do núcleo familiar, cuja base de classificação era, apenas, a consanguinidade. Qual é o parâmetro? A capacidade de assegurar o cuidado adequado, o de proteger a criança ou adolescente. Na via da proteção social, a família é tutelada por organismos e instituições governamentais. Entretanto, quanto à orientação e formação de valores, incluindo os de natureza sexual, a própria estrutura normativa e jurídica reconhece na família o seu principal vetor. O Estado participa como guardião; é chamado a atuar, caso a família evidencie fragilidades no cumprimento de sua função. Portanto, a prerrogativa na formação de valores, inclusive daqueles que afetam a compreensão da prática da sexualidade, é da organização familiar.

Como encaminhar o debate sobre a constituição de novos valores e novos paradigmas sobre o sexo e sua expressão com as novas gerações, se os gestores que atuam sob o aspecto discursivo do problema indicam ignorar os fatos que a realidade insiste em mostrar em grande parte das escolas: um campo marcado por princípios religiosos, por uma concepção dogmática e extremamente restrita quanto ao significado da sexualidade na estrutura da personalidade. Escapa de diversas vertentes religiosas (não todas) que permeiam o cotidiano de muitas famílias que frequentam a escola a compreensão desta expressão natural da fisiologia humana nos variados períodos da vida – o sexo, como algo que pode ser e deve ser orientado, mas não impedido com medidas atemorizantes do ponto de vista moral. Escapa, também, a muitos professores que, por vezes, são oriundos de grupos marcados por fortes convicções religiosas. Diante de tal quadro, qualquer iniciativa na esfera da formação ética que favoreça o debate sobre a garantia de direitos e da formação biomédica sobre a sexualidade na escola, relativizada por abordagens culturais, é um desafio de grandes proporções. Principalmente, para aqueles que pretendem associá-lo ao debate sobre as relações de gênero e todas as flexibilizações de paradigmas quanto às identidades feminina e masculina que o campo temático proporciona. Os paradigmas ainda estão bem assentados no sexo, conforme revelam publicações de diferentes áreas e significativa tiragem:

Atualmente as meninas são mais seguras de si, mais motivadas, mais aplicadas. Os meninos, com frequência, não tem objetivo, vão mal na escola, têm dificuldades de relacionamento, expõem-se à violência, ao álcool, às drogas e outros perigos. As diferenças começam cedo – visite uma pré-escola e constate você mesmo. As meninas trabalham contentes em grupos; os meninos circulam como índios em volta de um vagão de trem, implicam com elas e brigam uns com os outros (BIDDULPH, 2002: 6).

Discutir gênero é colocar em questionamento os preceitos normativos, culturais, político/organizacionais e subjetivos sobre tudo que está relacionado com a simbologia do masculino e feminino na sociedade, segundo Scott (1990). Neste

texto será tratado mais especificamente o elemento simbólico e político/organizacional do tema, ao propor uma reflexão no espaço educacional.

O principal aspecto destacado por Scott (1990) quanto ao gênero é o fato de se constituir como uma relação de poder entre homens e mulheres. Este fenômeno observado em todas as sociedades ao longo da história e contemporaneamente, evidencia a força de uma hierarquia estabelecida na simbologia referente ao masculino e ao feminino como expressões diferenciadas de identidade, isto é, a simbologia que reproduz na cultura a supremacia masculina sobre a condição feminina, traduzida nas formas como os corpos são disciplinados na sociedade. A partir desta idéia, que fundamenta o gênero como uma categoria analítica, é necessário discutir como os temas da sexualidade e de suas implicações ético-normativas têm sido tratados no campo da educação ultimamente. Entretanto, antes de chegar ao dia a dia da escola, é importante abordar algumas lacunas do ponto de vista teórico-metodológico que dificultam a percepção da complexidade da relação entre a sexualidade e o gênero, conceitualmente.

O gênero, enquanto uma forma de apreender a realidade social, as relações que se estabelecem entre pessoas, grupos, a maneira como se definem atividades e se organizam espaços em diversos níveis da estrutura social, só pode ser compreendido a partir do que é classificado como feminino e como masculino. Há um símbolo, um signo que será constituído no interior de uma determinada cultura e representará o que é feminino e o que é masculino (SILVA, 2009).

A maior parte das organizações humanas se baseia nesta premissa para distribuir tarefas, responsabilidades, estabelecer rituais de passagem, enfim, para definir um padrão civilizatório. A base desta organização diferenciada é o corpo, a princípio, por sensação e percepção imediata do que é diferente, cuja marca principal tem sido a genitália do homem e a da mulher. Mas isso não quer dizer que a explicação para formas de expressão do masculino ou feminino seja biológica apenas, isto é, seja determinada exclusivamente por causas naturais, como a ciência emergente do século XIX sustentou e foi um paradigma até recentemente e como ainda é uma influência predominante em muitas linhas de investigação no campo biomédico do conhecimento.²

² Muitas publicações no campo neurocientífico têm apontado a força deste argumento, e as publicações na linha da psicologia cognitiva têm ficado em evidência. As matérias que a revista *Mente e Cérebro*, um encarte da *Scientific American*, tem prestigiado mostram claramente esta tendência. Autores na área da educação criticam a associação muito estreita entre a biologia e o comportamento sexual, no Brasil, aproximando-se de uma abordagem que valoriza a influência cultural neste campo de ação, questionando esta tendência: (...) Assim este artigo tem como objetivo problematizar a questão da diferença essencializada entre homens e mulheres em algumas reportagens de revistas de divulgação, utilizando ensinamentos da análise de discurso e partindo de um enfoque relacional de gênero. Busca-se apresentar elementos iniciais de uma análise que poderá ser desenvolvida de maneira mais aprofundada em uma pesquisa mais ampla. Foram pesquisadas 90 revistas veiculadas no período de janeiro a abril de 2005. A maioria dessas são representativas da imprensa de grande circulação (*Época*, *Super Interessante*, *Boa Forma*, *Os Caminhos da Terra*, *Istoé*, *Veja*, *Revista da Família Cristã*, *Mundo Jovem*, *Galileu*, *Selecções Reader's Digest*, *Capricho*, *Cláudia*, *Scientific American Brasil*, *Saúde é Vital*, *National Geographic*), e foram coletadas na biblioteca de um colégio particular tradicional de Florianópolis de orientação religiosa, que atende um público misto, nos níveis de ensino fundamental e médio (BEIRAS, A.; DE SOUZA, C. D.; KAZBUBOWSKI, E.; SOARES, M. S.; LAGO, M. C. S, 2008:99). (...) de qualquer modo, a concepção que atravessou grande parte dos estudos feministas foi (e, talvez seja) a de um homem dominante "versus" uma mulher dominada – como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente. No entanto, já algum tempo, algumas estudiosas e estudiosos vêm problematizando esta concepção. Por um lado, são enfatizadas as formas e locais de resistência feminina; por outro lado, são observadas as perdas ou os custos dos homens no exercício de sua "superioridade" social. (LOURO, 1998:37).

Já avançamos no campo da educação e, particularmente, nos grupos que discutem o tema do gênero nesta área quanto à relativização do determinismo biológico no comportamento de homens e mulheres e aptidões cognitivas. Há um estímulo permanente a uma reflexão que assegure medidas equânimes na oferta de oportunidades de acesso a conteúdos disciplinares e formações profissionais independente do sexo, o que tem sido muito influenciado por preconceitos de gênero ainda. Como superar esta limitação sem correr o risco de optar por um discurso que sustente a suspensão absoluta de todas as diferenças, sem deixar de considerar a influência que o ambiente e os ditames biológicos exercem sobre o comportamento?

O problema metodológico

Para iniciar uma resposta sobre a última questão registrada é necessário observar no campo dos estudos relacionados às relações de gênero uma complexidade que se expressa de forma mais intensa na área da educação: como formar as novas gerações de crianças e adolescentes sem um parâmetro binário de constituição de identidades, modelo este que é fortemente referenciado por todas as propostas pedagógicas de níveis de ensino fundamental e médio, no Brasil? Como fazê-lo em uma realidade social, política e econômica em que a família é considerada um núcleo afetivo por excelência, além de consanguíneo, mas baseado em união pelo casamento formal (o que não é união estável) estabelecido entre homem e mulher?³ Considerando que a constituição da família tende a ser uma forma de regular e normatizar a sexualidade na sociedade, a associação entre estes debates é inevitável e o educador terá que enfrentá-la. Diante da necessária parceria, igualmente inevitável, entre a família e a escola em todo o processo pedagógico, onde mecanismos de negociação tendem a ser acionados, alguns impasses precisam ser superados no campo das relações de gênero. Universalmente, os obstáculos para as mudanças no espaço da família e superação das hierarquias de gênero são muito evidentes:

A Suprema Corte Francesa, *Cour de Cassation*, manteve a bandeira do patriarcado desfraldada através dos anos 1960. Em 1962, confirmou o direito do marido proibir sua mulher de ter um emprego. Em 1969, impediu uma mulher, a quem já fora negado o divórcio, de montar residência própria, uma vez que seu marido mantinha publicamente uma amante. A Corte baseou-se no artigo 108: ‘a mulher casada não tem outro domicílio a não ser o de seu marido’ (DHAVERNAS, *apud* THERBORN, 2006:151).

³ Há um movimento no interior do campo jurídico que oferece alternativas para a garantia de direitos a pessoas do mesmo sexo que comprovem união estável. A controvérsia se dá mais claramente quanto ao reconhecimento do casamento, considerando o artigo que trata do instituto ainda no Código Civil de 2002, em seu artigo 1.514: *o casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados* (VADE MECUM, 2009).

O problema da hierarquia entre pessoas e grupos com base no sexo: a urgência de seu enfrentamento

A princípio, seria importante definir o que é mais urgente. A superação da hierarquia entre pessoas e grupos, com base em *classificações por sexo*, deve ser a meta prioritária. Por quê? É nela que se sustentam os números alarmantes da violência doméstica que chega todos os dias às escolas por meio de crianças e adolescentes lesionados, apavorados, apáticos ou igualmente violentos que são vítimas deste cenário. Por que é classificação por sexo e não por gênero? Porque os sistemas classificatórios não têm como escapar da base biológica que será utilizada para definir, ao menos o que aparentemente é considerado como homem e mulher, menino e menina, organizando políticas, ações interventivas ou propositivas sobre a realidade social. Não temos como classificar, *a priori*, por “gênero”⁴ porque este conceito implica a consideração de uma simbologia sobre o que é considerado masculino e feminino nas sociedades, pois, comprovadamente, do ponto de vista histórico, sociológico e antropológico, a maioria delas, senão todas, de alguma forma se organiza com base na diferença de sexo – masculino e feminino. É uma primeira diferença observada entre grupos de uma mesma sociedade. Esta é uma forte referência na cultura, uma vez que sempre nascem indivíduos com estas características semelhantes e tendem a se agrupar como tais:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 1999:18).

A partir desta premissa metodológica, o(a) pesquisador(a), gestor(a) ou profissional com clareza das implicações das relações de gênero (como um sistema simbólico) e as expressões de mecanismos de poder entre pessoas de sexo diferente, a princípio, biologicamente demarcado como masculino e feminino, saberá que o que está agrupando, primeiramente, como homem e mulher, menino ou menina, pode significar uma centena de expectativas diferenciadas quanto a este fato, inclusive quanto ao exercício do poder:

Na divisão do trabalho, no vestuário, nas maneiras, na atividade social e religiosa – as vezes apenas em alguns destes aspectos, outras vezes em todos eles – homens e mulheres são socialmente diferenciados, e cada sexo, com sexo é forçado a conformar-se ao papel que lhe é atribuído. Em algumas sociedades, estes papéis

⁴ É possível observar esta confusão em muitas publicações, ultimamente.

socialmente definidos são expressos, especialmente, nas roupas ou na ocupação, sem qualquer insistência nas diferenças temperamentais inatas (MEAD, 1969:25).

Ele (a) não deve pressupor que o casamento naturalmente se verificará entre homem e mulher (biologicamente classificados) ou que a experiência sexual se desenvolverá apenas entre pessoas de sexo diferente; que a menina naturalmente escolherá ter filhos porque a maternidade é inevitável para ela, enquanto a paternidade para o menino será opcional. Não deve ainda, pressupor que alguém nascerá sob um tipo de corpo biologicamente delineado como masculino ou feminino e se conformará com ele desde que a sua concepção de gênero (contrária ao que vem sendo representado na cultura como masculino ou feminino) poderá rejeitá-lo ou que toda a sociedade perceberá o corpo feminino e masculino da mesma maneira.

Enfim, colocando o lugar do sexo no sexo e o do gênero no gênero, e reconhecendo o trânsito e a interface entre eles, é necessário enfrentar a crítica que assinala o risco de uma adesão ao modelo heterossexual como normativo e padrão de conduta na sociedade, quando se reconhece que o modelo binário – masculino e feminino – ainda é estruturante em nossa cultura. A sua origem é a base concreta do corpo estruturado, formado, segundo mapeamentos genéticos. Não é possível ignorar que esta realidade existe e impacta, de fato, a realidade social e histórica. Como será apropriada por cada cultura é o desafio que temos que, além de entender, responder com políticas de enfrentamento da hierarquia e formas violentas de tratar aquele que é considerado diferente. É necessário discutir se o fato de considerar o modelo binário na educação como uma referência didático-pedagógica e não ético-moral, é o principal problema ou se é a hierarquização na simbologia do masculino e do feminino, a vilã da história:

O que seria preciso divulgar, disseminar, é o olhar científico, este olhar ao mesmo tempo objetivador e compreensivo que, voltado para si, permite se assumir e mesmo, se posso dizer assim, se reivindicar, reivindicar o direito de ser aquilo que se é. Penso nos *slogans* como 'Black is beautiful' dos negros americanos e a reivindicação ao direito do 'natural look', da aparência 'natural' das feministas. Criticaram-me por utilizar, as vezes, uma linguagem pejorativa para falar daqueles que impõem novas necessidades, consagrando assim uma imagem de homem que lembra o homem natural mas numa versão socializada. Na realidade, não se trata de encerrar os agentes sociais num 'ser social original' tratada como destino, uma natureza, mas 'sim' de oferecer-lhes a possibilidade de assumir seus *habitus*, sem culpa ou sofrimento (BOURDIEU, 1983:34).

A necessidade de reconhecer a diferença do sexo e do gênero no trato da sexualidade

A importância de reconhecer o conceito de gênero como fundamental para compreender as relações sociais é o alcance que o conceito expressa para explicar as relações de poder que são intrínsecas a estes agrupamentos humanos: os de homens e os de mulheres. O conceito de gênero pressupõe o reconhecimento da existência de uma simbologia que gira em torno do masculino e do feminino, estabelecendo hierarquias, disputas de poder, relações de dominação e submissão. A importância do movimento feminista, do ponto de vista histórico (sem discutir o impacto no campo político), foi a oportunidade que ele ofereceu para a desconstrução de uma concepção da organização e funcionamento da sociedade ocidental que naturalizava a hierarquia (de base biológica). Conceitos como os de força e inteligência, associados à natureza biológica, foram os argumentos que sustentaram o lugar do homem na sociedade como o lugar do comando, da visibilidade pública, no desempenho de tarefas com referências sociais e políticas de maior importância e responsabilidade (como se formar as novas gerações não fosse crucial para a continuidade de um Estado). Esta é a dimensão fundamental para se destacar a utilização do conceito de gênero no espaço educacional e na formação de novos valores que auxiliem na superação desta hierarquia. A escola tem uma participação muito importante neste processo.

Neste sentido, o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que trouxeram o tema da orientação sexual, foi uma iniciativa importante do ponto de vista institucional e normativo, elementos constitutivos do gênero, apontado por Scott (1990). A partir dele, é possível voltar ao problema da relação entre o tema da sexualidade e do gênero. Uma das críticas que surgiram quanto aos PCNs foi o tratamento dado à sexualidade (ALTMANN, 2001). A introdução do tema gênero foi pouco discutida como algo inovador no campo da educação no Brasil. Houve críticas à abordagem da sexualidade no documento, pois a tendência foi reforçar a concepção biomédica, favorecendo o controle de doenças e de supostos problemas sociais, como a gravidez na adolescência, etc. Deixou-se, realmente, de discutir mais a vivência da sexualidade pela ótica do prazer, da experiência sexual como uma via para o amadurecimento emocional, etc. Sem dúvida, tem procedência a crítica, do ponto de vista de uma primeira consideração sobre a sexualidade, principalmente se for levada em consideração a vivência da sexualidade infantil. Entretanto, muito pouco os PCNs se detiveram na importância da introdução do gênero como um novo conceito a estruturar a ação de atividades pedagógicas no dia-a-dia da escola. Ao fim, mais se pronunciaram os sujeitos deste campo (pesquisadores, educadores, pais e gestores) sobre o tema da sexualidade e todos os enfrentamentos que ele favorece, do que sobre o conceito que relativiza hierarquias entre meninos e meninas, homens e mulheres, o que poderia, inclusive, favorecer outras concepções acerca da sexualidade.

Identidade de gênero e práticas sexuais

A chamada identidade de gênero não remete necessariamente a uma discussão sobre práticas sexuais, com o fim de obter prazer orgástico genital entre pessoas e, no debate, isso vem sendo confundido com frequência. A partir das análises

sobre o conceito de gênero, apresentadas anteriormente, a identidade de gênero pressupõe uma percepção do que está sendo considerado feminino e masculino na sociedade, o que pode impactar em diferentes espaços: o do trabalho, o da família, o da formação educacional e o das práticas sexuais que podem ser exercidas por acordos conjugais ou não, seja entre pessoas de sexo diferente, seja entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo.

Este campo de conhecimento deve ao movimento feminista a sua existência. Existem diferentes escolas de pensamento no interior do campo temático, inclusive uma que se intitula “epistemologia feminista”. O campo se organiza a partir de uma intensa disputa política entre as protagonistas, mulheres, à época da Revolução Francesa e os homens que ocupavam inteiramente o espaço das decisões e definiam a estrutura de poder na nova ordem econômica e política. Uma das primeiras conquistas destas mulheres foi o reconhecimento da existência de um corpo próprio, com autonomia e fisiologia independente da matriz masculina, representado como o modelo “superior” da existência humana. O debate sobre o sexo e o corpo humano como base concreta de existência de um indivíduo, de forma autônoma e própria, tem importância fundamental para a emancipação feminina (NICHOLSON, 2000).

Considerar o tema da sexualidade, portanto, não como expressão dos desejos de satisfação sexual a partir das práticas sexuais entre pessoas (o que implica uma abordagem específica), mas como marca biológica que classifica o sexo em feminino e masculino – que, no entanto, apropriada pela cultura toma significados muito variados – é fundamental para a compreensão do campo temático. Gênero e sexualidade não podem ser confundidos como se estivessem tratando das mesmas matrizes explicativas do comportamento humano. Gênero enquanto uma categoria analítica expressa relações de poder entre pessoas do sexo feminino e do sexo masculino em um primeiro momento, conforme todas as sociedades têm evidenciado ao longo do tempo, com base em uma perspectiva histórica, exatamente porque a coletividade humana tem se fundamentado no sexo, em uma lógica binária, para se organizar.

Até o advento do movimento feminista, impregnado pelos ideais iluministas de liberdade e igualdade, essa organização social com distribuição de atividades diferenciadas entre homens e mulheres, era considerada natural. Associava-se ao que é biológico – o sexo marcado pela genitália e funções advindas das características físicas diferenciadas de homens e mulheres – tarefas e responsabilidades inexoravelmente determinadas para estes sujeitos como da própria natureza.

O problema explicitado pelo movimento feminista não tem origem exatamente neste processo de distribuição de funções diferenciadas, mas em sua hierarquização e valoração entre o que está associado ao masculino (mais importante, mais forte, mais...) e o feminino (menos importante, frágil, menos...) (SCOTT, 1990; BOURDIEU, 1999). É a hierarquização e valoração que vão estabelecer a relação de poder – um fenômeno, também, histórico. Compreender os mecanismos de poder no campo do gênero é partir do pressuposto de que a hegemonia tem sido exercida pelos homens, pelo que está associado historicamente e socialmente ao masculino, ao que a genitália masculina representa enquanto exercício do poder. Este fenômeno tem impacto na maioria das sociedades, e o fenômeno da violência contra a mulher, doméstica ou de gênero, vem revelando que esta dicotomia continua funcionando

hierarquicamente em diferentes situações. E, isto, inclusive nas relações homoafetivas, nas quais o modelo binário (masculino e feminino) pode estruturar relações. É possível, observar que se expressa, até mesmo em algumas características dos movimentos organizados em defesa dos direitos dos homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais.

A recusa de uma determinada identidade de gênero (o que não pode ser confundido com interesse sexual por pessoas do mesmo sexo) se estabelece com base no modelo que a sociedade oferece para se estruturar o que tem sido realizado a partir de uma base concreta, o corpo. Este traz uma marca a partir da qual o simbólico, elaborado pela cultura, vai conferir significado. O problema apontado pelos estudos do gênero é que este significado tem sido construído simbolicamente de forma a conferir mais poder ao masculino. A proposta de superação deste problema está na elucidação deste “intrincado” sistema de constituição de identidades que se articula permanentemente entre o biológico e o cultural. Como é um processo de desconstrução de bases de sustentação de identidade, em geral definida de forma muito rígida na maioria das culturas, a partir do modelo binário – sexo feminino e sexo masculino –, o campo é bastante tensionado, ao propor reflexões que favoreçam uma flexibilização do que seria esperado como um “comportamento masculino” e um “comportamento feminino”. Entretanto, é importante esclarecer que ser “menos masculino” e “menos feminino” ou “mais masculino” ou “mais feminino” não tem uma relação imediata com interesse sexual, com práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Existem pessoas que praticam sexo com pessoas do mesmo sexo, por mecanismos acionados na própria erotização, que não se sentem motivadas a alterar a sua tradicional identidade de gênero, o que simbolicamente está sendo associado a um comportamento masculino ou feminino. Outra coisa é, na cultura, estabelecer que as práticas sexuais com pessoas de sexo diferente deve ser uma normatização a ser seguida inexoravelmente, com base na natureza e como modelo incontestável, levando a um cerceamento da liberdade do exercício da sexualidade, o que o nosso ordenamento jurídico já avançou quando assegura que o preconceito e a discriminação relacionados ao sexo sejam punidos.

As práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo revelam muitas vezes as simbologias associadas às relações de poder, reproduzidas entre o masculino e o feminino. Um debate sobre esta tendência é observado entre estudiosos sobre a homossexualidade masculina na antiguidade. A maior “tolerância aparente” na sociedade contemporânea quanto à homossexualidade feminina em detrimento da homossexualidade masculina, revela que estes jogos simbólicos hierarquicamente estabelecidos estão presentes de forma bastante ambígua no debate. E, portanto, compreender a lógica de funcionamento do comportamento no campo da sexualidade e as diferentes expressões que ela pode ter, deve tomar como base o enfoque de gênero como relação de poder que se estabelece a partir de uma matriz binária – masculino e feminino – que constrói esta simbologia. Considerá-la como uma base explicativa, não é limitar a compreensão do fenômeno da homossexualidade, mas fundamentá-la. Outra questão é entender esta lógica binária como uma diferença inexoravelmente biológica, cuja essência determina “idealmente” a relação entre as pessoas, inclusive a sexual. Este é o problema que precisa ser superado, tanto do

ponto de vista conceitual e acadêmico, quanto cultural, que se reflete no senso comum e tem sustentado a discriminação contra pessoas que praticam sexo com pessoas do mesmo sexo, sejam elas homossexuais (aquelas que definem uma identidade central, própria, por suas parcerias sexuais mais frequentes) ou não.

Como lidar com crianças e adolescentes, diante de mães e pais, congregações religiosas, variadas organizações, professores e professoras que não aceitam a flexibilização do modelo binário?

Estabelecer a diferença entre sexo e gênero para melhor delimitar o campo que está demandando ações na política educacional deve começar pela conceituação de gênero e seu impacto sobre a conduta hierárquica entre pessoas do sexo feminino e masculino que se revela, ainda muito frequente entre homens e mulheres, com evidente desvantagem para as últimas:

Nas primeiras décadas do século XX, os argumentos para justificar as diferenças na educação ou no tratamento social mais amplo entre homens e mulheres mudaram um pouco de tom. Agora se empregavam menos explicações genéticas ou biológicas, passando-se a usar mais explicações psicológicas. Assim diziam os mais avançados que o sexo masculino não era superior ao feminino, mas que tinham cada um atributos naturais diferentes (...). Ainda como corolário dessas imagens, os homens estariam mais destinados às atividades científicas, e as mulheres às artísticas; isto numa sociedade em que as primeiras são mais valorizadas (LOURO, 1987:29).

A diferença entre estes aspectos da expressão da identidade – sexo e gênero – está nebulosa e tem favorecido uma resistência à aplicabilidade de políticas públicas que interessam à coletividade por meio do espaço escolar. Para muitos dos sujeitos envolvidos, como pais, grupos de professores, organizações locais, o tema sugere uma “invasão” de território por parte do Estado, que deveria se limitar às preocupações com controle de doenças e, no máximo, em monitorar ações violentas no espaço familiar. Quando o discurso se aproxima da flexibilização de escolhas quanto à prática sexual, indicando o fortalecimento de grupos que lutam por direitos de exercício sexual com pessoas do mesmo sexo, a rejeição por motivos religiosos, princípios ou filosofias de diferentes matrizes de pensamento, evidencia-se de forma até mesmo agressiva em determinadas regiões. A partir daí, é difícil sustentar qualquer discussão sobre gênero que parece impregnada de uma pauta prioritária sobre orientação sexual, favorecida pela forma como estes temas têm sido propostos no sistema educacional, desde o século XX – *educação sexual* e, posteriormente, *orientação sexual*, quando foram lançados os PCNs:

Do ponto de vista institucional, quanto mais prossegue a transformação da intimidade, mais a transição edípica tende a ficar vinculada à ‘aproximação’: capacidade dos pais e dos filhos de

interagirem tendo como base uma compreensão dos direitos do outro e das emoções do outro. A questão do 'pai ausente', levantada pela primeira vez pela Escola de Frankfurt e mais recentemente por grupos masculinos ativistas, pode ser vista aqui sob a luz mais positiva que negativa. Uma figura menos especificamente disciplinadora, uma vez que grande parte da disciplina inicial é de qualquer modo assumida pela mãe, o pai (ou a figura paterna idealizada) tornou-se, segundo Hans Leowald, mais 'generoso'. Encontramos aqui uma intrusão da vergonha no desenvolvimento do psiquismo masculino, embora, em comparação com as meninas, a culpa ainda ocupe um lugar de destaque. O que está em questão não é tanto a identificação com uma figura distintamente punitiva, mas um repúdio defensivo ao processo de educação (GIDDENS, 1993:130).

O gênero como campo de conhecimento e de práticas que pode redimensionar as relações entre pessoas e grupos com base na simbologia estabelecida entre o masculino e feminino, superando a sua hierarquia, perde espaço. Esta ação – a de fortalecer o conceito de gênero – garantindo-lhe centralidade na formação educacional, ainda está por começar. E, para que ela ocorra, é necessário situar o debate da sexualidade no interior da conceituação de gênero. Esta diretriz pedagógica pressupõe uma metodologia que favoreça ações presenciais e pesquisas que considerem as diferenças regionais diante do tema. É muito diferente tratar de gênero e, conseqüentemente, de sexualidade, nas regiões mais cosmopolitas, com alta concentração urbana, trânsito e trocas culturais intensas, do que em regiões mais isoladas ou distantes destes grandes centros. Nesse sentido, as metodologias virtuais que tecnologicamente se utilizam de instrumentos que dispensam a presença do coordenador, podem ser muito frágeis na sua eficácia. A situação implica uma dinâmica interativa, cujo coordenador, se bem preparado na formação de gênero, oferecerá a oportunidade da livre expressão sobre os controversos temas relacionados com o exercício da sexualidade e a constituição de identidades entre crianças e adolescentes.

A família ou os responsáveis diretos pela formação ético-moral da nova geração têm preponderância na ação, pois vão interferir diretamente, caso tenham oportunidade de fazê-lo cotidianamente. É necessário observar o risco de se perder um investimento a médio ou longo prazo, pois se não for alcançado o interlocutor e estabelecida uma parceria com a família, mesmo que o adolescente evidencie uma tendência em buscar uma referência maior no educador, muitas iniciativas serão desperdiçadas na escola e um confronto permanente com a família deve ser evitado. A perspectiva deve ser a de buscar sempre um entendimento, um diálogo. No caso de a criança/adolescente ser uma vítima de violência doméstica, a ação é outra: a de proteger o aluno, buscar apoio e orientar esta família até a etapa extrema da denúncia às instâncias estabelecidas para a condução do problema. Infelizmente, os casos de violência doméstica, de forma muito frequente envolvem casos de abuso sexual ou violência sexual. E, aqui, novamente, retorna-se ao tema da sexualidade.

Neste caso, conformada por determinantes relacionados diretamente com a lógica hierárquica do gênero que se estabelece na sua interface com as hierarquias geracionais.

Estas diferentes expressões do problema no espaço escolar têm sido objeto de reflexões e de algumas ações, inclusive importantes para o avanço da proteção social no âmbito da política pública. Entretanto, na perspectiva das relações de gênero, reconhecendo a sua impregnação por formas hierárquicas, enfrentamos uma dificuldade de ordem metodológica e conceitual. Quando “atropelamos” a ação direta na formação de educadores na temática das relações de gênero com base na sua premissa hierárquica – o que historicamente tem que remeter ao modelo binário, masculino e feminino –, para introduzir o tema da sexualidade antecipadamente, desconstruindo modelos no “ar”, remetendo-se a “corpos descorporificados” de sentido, ao menos históricos, senão biológicos, favorecemos o avanço dos discursos que se baseiam em “evidências científicas” de matriz biomédica.

Os pais e professores que ficam entre o “pânico” ou a “fobia” de se ver sem uma base explicativa, que assegure suas certezas morais quanto ao tema (mesmo que isso venha a justificar hierarquias entre pessoas que nem o ordenamento jurídico sustenta mais) e a possibilidade de afirmar “cientificamente” que estão certos, optarão pela segurança do campo neurocientífico na elucidação de diferenças entre homens e mulheres.

Talvez, entre os pesquisadores, gestores e profissionais que têm procurado atuar na área da educação, seja necessário explorar mais o próprio conceito de gênero que estabelece uma importante alternativa para iniciar um processo de reflexão, negociação e busca de entendimento para a constituição de novos valores:

Em oposição ao ensino tradicional, que toma a seu cargo a tarefa de transmitir a cultura integrada de uma sociedade integrada – ensino ‘total’ capaz de preparar para ‘status’ totais – o ensino especializado, capaz de transmitir conhecimentos e um saber específicos, corre o risco de produzir tantas ‘famílias espirituais’ quantas forem as escolas especializadas. Tomando-se o exemplo mais visível e mais grosseiro, as relações entre o grupo literário e o grupo científico são, a via de regra, regidas em nossas sociedades pelas mesmas leis que regulam os contatos entre culturas diferentes. Mal-entendidos, empréstimos, descontextualizados e reinterpretados, imitação admirativa, distanciamento desdenhoso, eis uma série de signos familiares aos especialistas das situações de contato cultural. (BOURDIEU, 1987:217).

A superação da hierarquia entre homens e mulheres, a começar com as brincadeiras entre meninos e meninas (TOSCANO, 2000), é o que mais favorece o conceito. Recuperá-lo por este viés, com certeza, favorecerá um diálogo entre as diferentes tendências observadas no debate do gênero e sexualidade na educação. Em especial entre aqueles que têm procurado avançar no tema da sexualidade no interior das escolas, presencialmente, respondendo a todo tipo de pressão que os

grupos descontentes com as novas medidas e discursos, por resistência cultural, exercem sobre eles. Entretanto, para avançar mais, é necessário enfrentar, no campo, esta dificuldade de incorporação do conceito de gênero que vem sendo confundido com expressões diretas de sexualidade.

**As equipes profissionais que atuam no campo da educação:
a contribuição do Serviço Social no debate
e na implantação de políticas públicas específicas de gênero**

O Código de Ética Profissional dos(as) assistentes sociais de 1993, em seus princípios fundamentais, com base na Constituição Federal de 1988, registra o imperativo de atuar sobre formas discriminatórias contra pessoas e grupos, assegurando uma atitude técnico-profissional de combate e superação da exclusão social e do preconceito a partir do sexo e suas diferentes formas de expressão, o que conduz à perspectiva de gênero:

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (...) exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (Código de Ética do Assistente Social, 1993).

Apresentam-se diferentes situações nas quais o profissional pode atuar, desde as Delegacias Especializadas da Mulher, hospitais públicos até as escolas, espaços em que os (as) assistentes sociais têm se inserido com mais frequência, mas não com menos controvérsia. A Política Nacional de Assistência (PNAS) assegura claramente o lugar que a família tem nas ações do Estado, que busca equilibrar os índices de exclusão no Brasil. A Constituição Federal (CF) é a diretriz para fortalecer os grupos que têm sido mais rejeitados neste processo. A perspectiva de atuação dos (as) assistentes sociais na política de assistência social revela a incidência sobre o comportamento do ponto de vista do gênero e aponta a família como um grupo social prioritário para a atuação dos profissionais:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, PNAS, 2005:33).

Da mesma forma,

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, PNAS, 2005:35).

Entre as diretrizes da organização da assistência social está a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”, e entre os seus objetivos encontra-se “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, PNAS, 2005:33), e seus usuários seriam:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, PNAS, 2005:33).

É evidente a importância de um investimento mais sistemático nas ações do Serviço Social na perspectiva das relações de gênero como uma categoria analítica estruturante na sociedade contemporânea, desvendando-se um viés importante das relações de poder que permeiam todas as instituições. A família é uma instituição fundamental, reconhecida em nosso ordenamento jurídico como base de organização do próprio Estado. Por isso, tem como função a sua proteção e garantia de permanência. Apesar das controvérsias quanto ao lugar dado a este instituto para garantia do acesso aos direitos sociais e bem-estar econômico, na perspectiva da sociedade de mercado, o fato é que a família tem sido o centro de referência para as políticas públicas. Mesmo reconhecendo que o instituto indica uma sobrecarga

de funções que deveriam ser mais partilhadas com o sistema organizacional do Estado, enquanto mecanismo de distribuição de riquezas e oferecimento de serviços essenciais de âmbito coletivo, a família tem sido a base de cálculo para projetar possíveis avanços na ascensão social.

O que tem sido observado, na sua composição mais recente, é a crescente demanda por serviços e equipamentos que atendam as necessidades de conciliação entre as exigências do trabalho e a organização familiar. Como tem sido exaustivamente apontado em muitas publicações e matérias jornalísticas, mantendo-se as responsabilidades domésticas para as mulheres, haverá uma repercussão maior sobre a sua trajetória ocupacional no mercado de trabalho em comparação com os homens. Esta situação tem revelado alto grau de tensão nas relações conjugais, muitas vezes se desdobrando em situações de violência doméstica, nas quais as mulheres tendem a ser as vítimas mais frequentes, em número muito acentuado. E, neste momento, observa-se uma interface bem clara entre as ocupações, gênero e formas de estruturação da sociedade. O problema da violência doméstica confirma-se como um grave problema social que a política de assistência social, claramente, reconhece. É evidente a preocupação em amparar e proteger os núcleos familiares.

A Política Nacional de Assistência Social também menciona a importância do reconhecimento de diferentes modelos familiares, não se limitando mais ao modelo nuclear, na sua composição por pai, mãe e filho. Inclui a possibilidade de uma conjugalidade com pessoas do mesmo sexo que as nossas leis protegem – enquanto direito de livre expressão da sexualidade adulta, caso atestada a legitimidade e a capacidade de decidir sobre tais condutas –, em parte da sociedade ocidental. Neste caso, a perspectiva de gênero penetra no campo das ações do assistente social, sem qualquer possibilidade de questionamento do seu impacto no oferecimento da política pública

As iniciativas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), previstos na PNAS, no Brasil, têm firmado um compromisso com ações mais dirigidas, buscando parcerias com organismos locais e estendendo a intervenção a áreas que revelam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em geral, estas regiões são marcadas pela violência doméstica contra a mulher e, a partir da criação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM), no Brasil, em 2003 e, particularmente com base no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), em 2008, estas ações foram ampliadas em parceria com as redes oriundas da assistência social. Houve uma intensificação destas ações conjuntas, buscando atingir, mais direta e eficazmente, os problemas oriundos das relações de gênero. Uma destas aproximações se deu com o universo da escola, o que foi possível observar como uma tendência forte em determinado período, no Rio de Janeiro.

A aproximação dos (as) assistentes sociais com as escolas das regiões mais próximas aos CRAS é fundamental para uma ação mais integrada e direta junto às famílias que vivenciam estes dramas sociais e têm reduzida perspectiva de solução do problema, sozinhas. Em maioria, a mulher surge como a vítima mais frequente neste quadro. Ela é o principal objeto das políticas públicas que têm como objetivo superar as hierarquias entre homens e mulheres, diante do quadro da violência doméstica contra a mulher. A escola como instituição estratégica para a construção e

mudança de valores, ao mesmo tempo em que se constitui em potencial espaço de formação ética e moral, é um espaço a ser priorizado como ação do Serviço Social, diante destes dilemas e situações que necessitam de uma intervenção urgente.

As ações no CRAS não se limitariam, todavia, à violência doméstica contra a mulher. Existem outras possibilidades de intervenção que indiretamente demandarão a presença do assistente social nas questões de gênero que se expressam de forma diferenciada, dependendo da região do país que está em foco.

Entretanto, apesar destas evidências, muito pouco está sendo feito para consolidar as ações do Serviço Social no campo do gênero, ainda. Uma experiência desenvolvida no Rio de Janeiro, ao final da última década, quando a área da educação, associando-se à assistência social, propôs uma plataforma de ação junto às escolas, pode ser considerada um avanço. No entanto, não se observa uma clara menção à abordagem de gênero, apesar de algumas metas apresentarem, potencialmente, uma relação direta com a questão da hierarquia, tornando-se assim um problema ignorado ou subestimado nas escolas, conforme é possível observar em texto, abaixo reproduzido:

No município do Rio de Janeiro, os profissionais assistentes sociais estão vinculados à Gerência de Serviço Social de Educação da Secretaria Municipal de Assistência Social, que os dividem entre as 10 Coordenadorias Regionais de Educação e de Assistência Social para atuarem junto às escolas. Para essas áreas de gestão, foi criada uma equipe de supervisão técnica pela gerência que acompanha o trabalho de campo através de reuniões semanais. Neste sentido, a atuação junto aos familiares, professores e alunos se torna premente para garantir o acesso à educação e o ensino de qualidade a esses, assim como desenvolver um trabalho que possa compreender e compartilhar junto ao coletivo escolar formas de lidar com as problemáticas do baixo desempenho escolar. A relativa ausência do Estado na área da educação nos últimos anos, através da redução das verbas públicas, baixos salários aos profissionais da educação e a concessão da exploração privada nesta área, tem gerado um impacto real na baixa qualidade de ensino à população usuária, que hoje na cidade do Rio de Janeiro se constitui em uma população eminentemente pobre (FIGUEIREDO, s.d: p. 4).

Em 2009, de acordo com a nova reorientação do trabalho elaborada pela Gerência de Serviço Social na Educação, as atribuições do assistente social na área da educação dizem respeito aos seguintes itens:

- atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e aos alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;

- elaboração de Plano de Trabalho da equipe, de forma que contemple ações/projetos para os diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando as especificidades do território;
- monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar;
- criação de relatórios de sistematização do trabalho realizado, contendo análises quantitativas e qualitativas;
- levantamento dos recursos da área de abrangência e articulação com Rede Intersetorial;
- realização de estudos e pesquisas que identifiquem o perfil socioeconômico e cultural da população atendida, suas demandas, características do território, dentre outras temáticas;
- realização de reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudo de casos, envolvendo a equipe da RPE, professores e equipe diretora/pedagógica da unidade escolar;
- participação nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, em especial das áreas da educação, assistência, criança e adolescente e saúde;
- fortalecimento da parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, Cras, Creas e unidades de saúde para viabilizar o atendimento e acompanhamento integrado da população atendida;
- e
- participação semanal em reunião de supervisão, estudo de casos e planejamento (FIGUEIREDO, s/d: p.3).

Em muitos casos, o problema da evasão escolar e o da repetência têm relação com núcleos familiares violentos, nos quais os alunos e as alunas testemunham cenas de intensa agressividade entre os seus pais ou responsáveis, ou são vítimas diretas dos abusos e das atitudes violentas. A associação com os equipamentos de saúde é fundamental para a eficácia de um atendimento desta natureza por parte dos (as) assistentes sociais. Desenvolvendo trabalhos dentro da escola, poderia se constituir como elemento facilitador para expressão e encaminhamento destes casos, impulsionando o funcionamento de parcerias fundamentais. Tais procedimentos facilitariam um atendimento rápido destes grupos que demandam urgência na solução do conflito. Os casos envolvendo risco de vida por parte da mulher agredida e a integridade física e moral dos filhos poderiam ser objeto de articulação com a rede dos Centros de Referência da Mulher, Casas Abrigo, etc.

É possível, portanto, observar um potencial de ação muito significativo nesta área de atuação dos (as) assistentes sociais, de modo a impulsionar a resolutividade de casos relacionados à violência doméstica, mas que desafortunadamente não encontram ressonância. Este fato é devido, em grande parte, à invisibilidade que o tema ainda tem na própria formação profissional. Muitos (as) profissionais, quando estão na gestão, não conseguem “enxergar” a realidade da determinação de gênero nos quadros que propõem a ação. Neste caso, investir nesta reflexão e no debate sobre as controvérsias existentes no próprio campo temático é fundamental para

favorecer uma capacitação cada vez mais eficaz na compreensão das situações que envolvem as polêmicas em torno dos comportamentos de gênero.

É fundamental reconhecer que as diferenças conceituais entre o sexo e o gênero e a compreensão do seu impacto na formação de identidades sociais devem ser mais esclarecidas, oferecendo aos profissionais que vão atuar diretamente com estes problemas, a segurança no atendimento direto ou na formulação de políticas públicas. O (a) profissional que vai atuar no campo do Serviço Social, certamente, vai ter que lidar com diferentes expressões do gênero. Entretanto, uma será comum: a forma hierárquica de estabelecer relações entre homens e mulheres na maioria das sociedades. No que se refere à garantia dos direitos sociais, com base na plenitude dos Direitos Humanos Universais, este é um problema cuja solução, no Ocidente, está sendo esperada desde o século XVIII. Precisamos acelerar este processo.

Referências bibliográficas

- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares. *Revista estudos feministas*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 2, v. 9, p. 575-585, 2001.
- BEIRAS, A.; DE SOUZA, C. D.; KAZBUBOWSKI, E.; SOARES, M. S.; LAGO, M. C. S. *Psicologia em Estudo*. Maringá: n. 1, v.13, p. 97-104, jan-mar, 2008.
- BIDDULPH, S. *Por que os meninos são diferentes e como ajudá-los a se tornarem pessoas felizes e equilibradas*. São Paulo: Ed. Fundamento Educacional, 2002.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BORDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- BORDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- FIGUEIREDO, C. B. *O trabalho do assistente social na educação*, 2007. Disponível em <http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/o_trabalho_do_assistente_social_na_educacao>. Acesso em 24 ago.2011.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- LOURO, G. L. *Prendas e anti-prendas: uma escola de mulheres*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 1987.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MEAD, M. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1969.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 2, v.8, 2000.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v. 16, 1990.
- SILVA, Dayse de Paula Marques. Gênero e Sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida, Caxambu/MG, 2007. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- SILVA, Dayse de Paula Marques. Novas hierarquias profissionais: conhecimento, gênero e etnia, Caxambu/MG, 2009. Disponível em <http://www.anpocs.org.br>. 33º encontro, 2009. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.
- TOSCANO, M. *Estereótipos sexuais na educação: um manual para o educador*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Documentos

CÓDIGO CIVIL. *Vade Mecum*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional dos(as) assistentes sociais. Brasília: CFESS, aprovado em 15 de março de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em 23 ago. 2011.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PNAS 2004. Norma Operacional Básica. Brasília, nov.2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>. Acesso em 23 ago. 2011.

Recebido em 22 de agosto de 2011

Aceito para publicação em 15 de dezembro de 2011